

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.543 - PR (2019/0261481-6)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**AGRAVADO : ALESSANDRA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**AGRAVADO : JOSE ROBERTO DE ALMEIDA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

**EMENTA**

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. LAVAGEM DE CAPITAIS. PLEITO MINISTERIAL DE RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA MONOCRÁTICA QUANTO À CONDENAÇÃO PELO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO SUBSTRATO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** manejado contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto perante o eg. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**.

Consta dos autos, que ambos os agravados foram condenados, em primeiro grau, respectivamente, ALESSANDRA à pena de 13 (treze) anos de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 1.510 (mil e quinhentos e dez) dias-multa; e JOSÉ ROBERTO à pena de 12 (doze) anos de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 1.410 (mil, quatrocentos e dez) dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33, **caput**, e 35, **caput**, ambos da Lei n. 11.343/2006 e artigo 1º, **caput**, da Lei n. 9.613/1998 (fls. 608-665).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo da defesa, para absolver os recorridos do crime de lavagem de capitais, redimensionando a pena de ALESSANDRA e de JOSÉ ROBERTO, "*pelos crimes previstos nos art. 33, caput, e 35, caput, da Lei nº 11.343/06, na forma do art. 69, do Código Penal, respectivamente, para 10 (dez) anos de reclusão e 1500 (mil e quinhentos) dias -multa, e 09 (nove) anos de reclusão e 1400 (mil e quatrocentos) dias -multa, no*

valor definido na sentença, a serem cumpridos no regime inicial fechado" (fl. 811).

Eis a ementa do acórdão objurgado (fl. 794):

*"APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E LAVAGEM DE DINHEIRO - ARTIGOS 33, CAPUT, E 35. CAPUT, AMBOS LEI IVº 11.343/06. E ARTIGO 1º DA LEI Nº 9.613/98, NA FORMA DO ARTIGO 69. DO CÓDIGO PENAL - AUTORIA E MATERIALIDADE DOS DELITOS DE TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DEVIDAMENTE COMPROVADAS - PALAVRA DOS POLICIAIS - RELEVÂNCIA - ABSOLVIÇÃO QUE NÃO SE JUSTIFICA - LAVAGEM DE DINHEIRO - AUTORIA E MATERIALIDADE NÃO DEMONSTRADA - IN DUBIO PRO REO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - FASE RECURSAL - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO EM PARTE."*

Os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público Estadual foram rejeitados (fls. 836-842).

Novos aclaratórios foram opostos pelo **Parquet** Estadual, que foram rejeitados (fls. 865-873).

No **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, o recorrente alegou negativa de vigência aos artigos **1º, caput, da Lei n. 9.613/1998, artigos 381, inciso III, 619 e 620, todos do Código de Processo Penal e art. 1.022 do Código de Processo Civil.**

Para tanto, afirmou (fls. 894-):

*"[...] o Tribunal de Justiça assentou que os acusados ALESSANDRA DE OLIVEIRA e JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA efetivamente depositaram valores obtidos em virtude da prática do crime de tráfico de substância entorpecente na conta -corrente Paulo Ricardo. Anhaya, ou seja, de pessoa não vinculada diretamente à prática crime antecedente.*

*Tal depósito, ao contrário do concluído pelo Tribunal de Justiça, porém, claramente caracteriza o delito de lavagem de dinheiro.*

*Isso porque, das Premissas fáticas acima indicadas é possível extrair as seguintes conclusões: a) os valores eram provenientes do crime de tráfico de entorpecentes (delito prévio); b) os acusados sabiam de seu caráter - ilícito; c) os depósitos eram feitos na conta de terceiro.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Em outras palavras: como reconhecido pelo Tribunal de Justiça, restou caracterizada a tipicidade objetiva do delito de lavagem,*

*[...]*

*Nada obstante, a questão central do presente recurso (e da decisão recorrida) diz respeito à tipicidade subjetiva.*

*Afirma o Tribunal de Justiça, para absolver os acusados da acusação do crime de lavagem de dinheiro, que: "não se visualiza o dolo específico de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos valores obtidos com o tráfico, pois, a compra dos objetos descritos no auto de apreensão e depósito em conta bancária, se trata de mero proveito destes valores aferidos de forma ilícita e não de lavagem de dinheiro." É dizer, o Tribunal de Justiça estabeleceu como requisito para a configuração do delito de lavagem de dinheiro na modalidade ocultação e dissimulação (art. 1º, caput, da Lei 9.613/96) a presença de um "dolo específico".*

Assinalou, ainda, a violação aos artigos 381, inciso III, 619 e 620, todos do Código de Processo Penal, ao argumento de que *"os acórdãos que julgaram os embargos de declaração opostos pelo Ministério Público simplesmente ignoraram a prova levantada pela acusação e expressamente contida na sentença condenatória"* (fl. 905).

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 926-929), recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem em razão do óbice da **Súmula 7 do STJ**, e ainda pelo fundamento de que *"a Câmara julgadora julgou a lide em sua integralidade, por meio de decisão fundamentada"* (fls. 931-935).

**Nas razões do presente agravo**, em síntese, a parte agravante alega que não incide o referido óbice (fls. 939-954).

O Ministério Público Federal opinou pelo **não provimento** do agravo (fls. 978-984).

É o relatório.

**Decido.**

Tendo em vista os relevantes fundamentos apontados pela parte agravante, **conheço do agravo e passo a examinar os requisitos do recurso especial.**

Busca o **Parquet**, em síntese, o restabelecimento da sentença penal quanto à condenação dos recorridos pelo crime de lavagem de capitais.

O Tribunal de origem, sobre a **quaestio juris**, consignou (fls. 808-811):

*"Quanto ao crime de lavagem de dinheiro, melhor sorte socorre aos apelantes.*

*Dispõe o art. 1º, caput, da Lei nº 9.613/98:*

*Art. 1º - Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.*

*No presente caso, em que pese o réu José Roberto utilizar uma conta bancária em nome de um terceiro para depositar o dinheiro auferido com tráfico e tudo indicar que os objetos e móveis apreendidos na residência e o automóvel tenham sido adquiridos com o produto do tráfico, não é o caso do crime em questão, pois, tal situação revela apenas uma maneira de usufruir do "lucro" da atividade criminosa, sem qualquer preocupação em maquiar com ares de legalidade as melhorias nas condições de vida.*

*No caso, vale ressaltar que, vários dos produtos apreendidos certamente nem foram "comprados" pelos réus, mas sim, possivelmente trocados por drogas.*

*Vale dizer que o delito de lavagem de dinheiro exige o dolo específico, consistente em ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente de infração penal, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.613/98.*

*No presente caso, não se visualiza o dolo específico de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos valores obtidos com o tráfico, pois, a compra dos objetos descritos no auto de apreensão e depósito em conta bancária, se trata de mero proveito destes valores aferidos de forma ilícita e não de lavagem de dinheiro.*

***Portanto, não restou evidenciado o dolo dos réus no sentido de "maquiar" o dinheiro recebido com o tráfico, ressalte-se, não houve compra de bens em nome de terceiros, abertura de empresa de fachada ou elaboração de contratos fraudulentos para dar a falsa aparência de licitude aos valores obtidos com a traficância.***

*Assim, a condenação por tal crime deve ser lastreada por um forte conjunto de provas, o que não se verifica nos autos, devendo, portanto, incidir, no caso, o princípio do in dubio pro reo, com absolvição dos apelantes Alessandra de Oliveira e José Roberto de Almeida, com fulcro no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal.*

*Diante da absolvição dos réus em relação ao crime previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98, queda definitiva a pena de Alessandra de Oliveira,*

*pelos crimes previstos nos art. 33, caput, e 35, caput, da Lei nº 11.343/06, na forma do art. 69, do Código Penal, em 10 (dez) anos de reclusão e 1500 (mil e quinhentos) dias -multa, e a de José Roberto de Almeida em 09 (nove) anos de reclusão e 1400 (mil e quatrocentos) dias -multa, no valor definido na sentença.*

*Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, deve permanecer o fechado, nos termos do art. 33, §2º, "a", e §3º, do Código Penal."*

Pois bem.

Da análise do excerto acima colacionado, verifico que o eg. Tribunal de origem declinou, de forma explícita, as razões - baseado nas provas carreadas aos autos - pelas quais concluiu pela absolvição dos ora agravados, em razão da ausência de dolo.

Ora, está assentado nesta Corte que as premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias não podem ser modificadas no âmbito do apelo extremo, nos termos da **Súmula n. 7/STJ**, segundo a qual "*a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

Na hipótese, entender de modo contrário ao estabelecido pelo Tribunal **a quo**, e afirmar a existência do elemento subjetivo especial do tipo, como pretende o Ministério Público, demandaria o revolvimento, no presente recurso, do material fático-probatório dos autos, inviável nesta instância.

A propósito:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. MOVIMENTAÇÃO DE VALORES PROVENIENTES DE ATIVIDADE ILÍCITA. LIGAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE RENDIMENTOS COMPATÍVEIS COM TRANSAÇÕES FINANCEIRAS REGISTRADAS EM CONTA BANCÁRIA. LAVAGEM DE CAPITAIS. MATERIALIDADE E AUTORIA. DOLO. REEXAME. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INOCORRÊNCIA.**

**1. O Tribunal a quo considerou provada a ligação de J G R com a organização criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital - PCC e que o trânsito financeiro verificado**

*em sua conta bancária envolveu proventos advindos das atividades ilícitas desenvolvidas pela citada facção.*

*2. O decreto condenatório faz referência expressa à movimentação verificada na conta bancária da agravante, muito superior aos rendimentos lícitos declarados, bem como a comprovantes de depósitos apreendidos em local de central telefônica do PCC. Com base nessas provas, concluiu que o capital circulante registrado na conta bancária da agravante não adveio de rendimentos lícitos, mas sim de seu comprometimento para com a famigerada organização criminosa do Estado de São Paulo.*

*3. Não há evidência alguma de indevida inversão do ônus da prova no caso concreto.*

*4. Rever a conclusão alcançada pela instância ordinária acerca da materialidade e autoria delitiva, bem como sobre o elemento subjetivo do tipo exigiria amplo reexame de matéria fático-probatória, o que, em sede de recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 499.134/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 26/09/2016)*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APURAÇÃO CRIMINAL NA ÁREA DE COMBUSTÍVEIS. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. CORRUPÇÃO PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. JULGAMENTO OCORRIDO EM TRÊS SESSÕES. PEDIDOS DE VISTAS. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS PELA DEFESA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO, AO IUS PUNIENDI E ÀS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. MAIORIA DE VOTOS PROFERIDOS ANTERIORMENTE. **REFORMA DE ACÓRDÃO ABSOLUTÓRIO. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. SÚM. N. 7 STJ.****

*[...]*

*V - O acórdão recorrido entendeu pela insuficiência de provas de autoria e materialidade para a condenação. Infirmar tais fundamentos com o escopo de obter o édito condenatório, é inviável no âmbito desta Corte Superior de Justiça, na medida em que implicaria o reexame de todo o conjunto fático-probatório, o que atrai o óbice da Súmula n.º 07 desta Corte.*

*VI - Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no REsp n. 1.473.655/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1/2/2017 – grifei).*

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POSSE DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE PARA USO PRÓPRIO (ART. 28 DA LEI DE DROGAS). DESCLASSIFICAÇÃO PARA TRÁFICO DE ENTORPECENTES. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. A análise da insurgência do Parquet, no sentido de desclassificar o crime previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006 (posse de substância entorpecente para uso próprio) para a conduta tipificada no art. 33, caput, da mesma lei (tráfico de drogas), demanda necessária incursão na seara probatória, vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.*

*2. Agravo regimental improvido" (AgRg no AREsp n. 436.786/SE, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 30/11/2015).*

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, inciso II, **a**, do Regimento Interno do STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator